

10 de novembro será Dia Nacional de Paralisação e Protesto

Está marcado para 10 de novembro o Dia Nacional de Paralisação e Protesto em Defesa do Emprego e do Brasil. A paralisação, que foi definida pelo Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania, terá como eixos principais a luta por emprego, salário, previdência, reforma agrária, pelo não pagamento das dívidas interna e externa e por direitos sociais.

Neste dia deverá ocorrer manifestações em todo o país, denunciando a política

neoliberal do governo FHC, que privilegia os ricos e os especuladores nacionais e internacionais, gastando somente neste ano mais de R\$ 88 bilhões com juros de uma dívida pública (interna e externa) criada, dentre outras, para socorrer bancos quebrados.

Desde que iniciou sua gestão, FHC promoveu um verdadeiro desmonte do patrimônio nacional e vendeu a preço de banana as grandes empresas de telecomunicações, mineração, petroquímica,

siderurgia e concessões das rodovias, e ainda aumentou em 30% as tarifas públicas para garantir lucros maiores para os novos donos dessas empresas. E mais: em seu governo houve recorde de falências e concordatas com mais de 23 mil micro, pequenas e médias empresas fechadas somente em 98.

O governo FHC é responsável ainda pelo mais alto índice de desemprego da história do Brasil, com mais de 18% de desempregados nas maiores regiões metropolitanas,

empurrando, só em São Paulo, mais de 1,9 milhão de famílias na mais absoluta miséria.

O país encontra-se em absoluto abandono. A produção de alimentos não cresce há mais de três anos; aproximadamente cinco milhões de crianças em idade escolar estão no mercado de trabalho; e mais de 35 milhões de homens, mulheres e crianças vivem na condição de pobreza absoluta.

Mudar a história. Somente a mobilização da sociedade pode reverter este quadro. Precisamos retomar o crescimento com geração de empregos, combater a pobreza, valorizar a produção nacional e os serviços públicos e defender a soberania nacional.



Depois de percorrerem 1.580 km, sem-terra chegam a Brasília



Cerca de 20 mil trabalhadores da educação protestam em Brasília em defesa da educação pública

Marcha Popular marca simbologia e debate político

Cerimônia de lava-pés iniciou as atividades dos manifestantes que participaram da Marcha Popular pelo Brasil no último dia 7 de outubro. Durante o ato, um bispo lavou os pés do participante mais velho e do mais novo da Marcha. Estiveram presentes dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás (GO), e dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT).

Na sequência foi realizado ato ecumênico na Praça do Compromisso, onde, em 1997, o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos foi queimado vivo.

Os manifestantes "abraçaram" o edifício do Banco Central, acompanhados de vários parlamentares do PT, entre eles os deputados Adão Preto (RS), Baba (PA), Valdir Ganzer (PA), Luci Choinacki (SC) e Valdeci Oliveira (RS) e os senadores Eduardo Sulicy (SP) e Heloísa Helena (AI).

Uma faixa vertical vermelha com a frase "Fora FMI" foi colocada em um dos últimos andares do BC, provavelmente por algum funcionário. Pouco tempo depois ela foi retirada, mas os apoios continuaram na forma de papel picado, que era jogado pela janela do prédio por servidores da instituição.

Comissão formada por Suplicy, pelo líder do PT na Câmara, José Genoíno, os deputados federais Adão Preto e Luci Choinacki e o líder do MST, João Pedro Stédile, esteve em audiência com o presidente do Banco Central, Arminio Fraga. Discutiram a política

econômica do país e entregaram uma bandeira do Brasil e outra dos Estados Unidos, esta dobrada dentro de uma caixa preta e endereçada à Casa Branca.

Durante a audiência, Suplicy pediu a Arminio Fraga cópia dos acordos assinados com o FMI. Constrangido, segundo relatou a deputada Luci Choinacki, Fraga prometeu que reterá as cópias ao Senado.

Avaliação

Para o deputado Adão Preto, "se 10% dos brasileiros tivessem a consciência que tiveram esses manifestantes que estão aqui o Brasil já teria mudado". Suplicy disse que "essa é uma marcha em defesa de uma política econômica que atenda em primeiro lugar aos direitos à cidadania e da maioria do povo brasileiro".

O deputado doutor Rosinha (PT-PR), que também acompanhou toda a Marcha em Brasília, destacou que a manifestação foi importante porque revela a força da classe trabalhadora brasileira. "Apesar do FMI e do FHC, os trabalhadores existem. O FMI e o FHC passam, mas os trabalhadores ficam e vão conquistar o poder".

Os sete mil manifestantes finalizaram a Marcha com um ato em frente ao Banco Central em repúdio ao neoliberalismo. Em seguida, partiram para o acampamento montado na Associação dos Funcionários da Universidade de Brasília, onde receberão a visita do líder petista

Luiz Inácio Lula da Silva.

Os governadores do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, Olívio Dutra e Zeca do PT, respectivamente, também estiveram no acampamento dos marchantes.

Dirigentes petistas recebem sem-terra em Brasília

No dia anterior à chegada da Marcha Popular na capital do País, líderes do PT receberam os manifestantes, ainda a 15 quilômetros de Brasília. O presidente nacional do PT, José Dirceu, o líder do PT na Câmara dos Deputados, José Genoíno (SP), Lula, os deputados federais Babá (PA), Valdeci Oliveira (RS), Nelson Pellegrino (BA), Adão Preto (RS), Fernando Ferro (PE), Pedro Celso (DF) e o secretário sindical nacional do PT, Delúbio Soares, caminharam por cerca de uma hora ao lado do líder do MST, José Raimba, até que os sem-terra entrassem no Parque Recreativo do Núcleo dos Bandeirantes, local em que ficaram acampados.

Na ocasião, Dirceu e Lula elogiaram a Marcha e a determinação dos participantes e defenderam a necessidade da realização de manifestações que contribuam para a conscientização da população.

Dirceu lembrou ainda que atos contra a política neoliberal do governo FHC vão continuar e destacou, dentre outros, o Dia Nacional de Paralisação em Defesa do Emprego e do Brasil marcado para o próximo dia 10 de novembro.

Óbvio e ululante

Então ficava todo mundo dizendo: o movimento popular está em descenso; o movimento popular está em refluxo. E poucos investiam na reversão desse quadro.

Era assim. E assim foi.

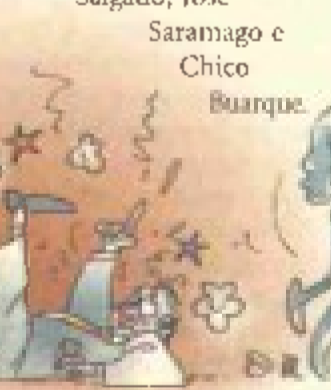
A verdade do refluxo se

revelou na segunda metade dos anos 1980 e foi transformada numa foto - imagem congelada - pendurada nas paredes dos gabinetes. Não havia análise de conjuntura que não partisse dessa premissa, muitas delas para concluir, enfim, pela imobilidade.

As novas tentativas de mobilização popular, quase sempre de pequena envergadura e quase nunca de sucesso na mídia, eram geralmente desprezadas, esquecidas. Quando não ironizadas. Mas o filme foi rolando, porque política (luta de classes) é conflito, é movimento. Como cinema. E o filme ia rolando com novos atores - elenco que a Globo desconhece.

Há dois anos, a Marcha dos Sem Terra a Brasília foi

tratada mais pelo aspecto cultural de atividades que desenvolveu paralelamente: foco em cima de Sebastião Salgado, José Saramago e Chico Buarque.



Não que estes não mereçam toda a nossa consideração. O problema era outro: as representações (artes, simbolizações) letradas, em nossa cultura, comovem sempre mais do que os fatos produzidos por analfabetos, com os pés cobertos pelo pó das estradas e os corpos marcados pelo trabalho pesado. Principalmente se esses fatos podem vir a contradizer nossas análises de conjuntura e as táticas e estratégias que delas pretendemos supostamente derivar.

O 1º de Maio deste ano no Vale do Anhangabaú (São Paulo) foi "desconcertante". Pela dimensão que assumiu e pelas palavras de ordem dos "ignaros". Esqueçamos as vaías - houve para quase todos os do palanque. O ato

aconteceu porque os movimentos populares emergentes o bancaram, apesar da má vontade dos que temiam

o refluxo. Os mesmos movimentos que cerraram fileiras para dar a bela demonstração de força do

dia 26 de agosto em Brasília, e que voltam agora à capital do país depois de caminharem 1.580 quilômetros durante dois meses e meio pelos interiores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

Só esperamos que não apareçam de novo os teóricos de ocasião para dizer que foi tudo espontâneo, como as teses do atual ministro da Cultura sobre os movimentos do final dos anos 70.

Mesmo que muito ainda haja por avançar, a partir de agora ninguém pode mais escrever análise de conjuntura partindo da premissa de que o movimento popular está em refluxo. Ok?

Alípio Freire é editor da Revista Sem-Terra

M A I S
Marcha em Defesa da Educação ocupa Brasília

Stédile, líder do MST, fala da Marcha Popular

Na próxima edição, especial sobre o II Congresso Nacional do PT

RECADADO

Uma proposta sem povo



Nas últimas semanas, o ex-ministro Ciro Gomes tornou-se notícia. Está sendo apresentado como possível sucessor de FHC. Tendo ficado em terceiro lugar nas eleições de 1998, aparece nas recentes pesquisas em segundo. Em todas, Lula está em primeiro lugar.

Trata-se, na verdade, de mais uma reação à "Marcha dos 100 mil" e da continuação da disputa pela maioria em uma sociedade que já se colocou na oposição ao governo FHC.

Nos últimos meses, o partido que acolheu Ciro Gomes, o PPS, cresceu por causa das filiações de prefeitos, vereadores e deputados, inclusive de dois senadores, a maioria vinda de partidos de direita. As filiações têm em vistas as eleições de 2000, já com olhos no projeto "Ciro-presidente".

Para lembrar, o PPS não apoiou Lula em nenhuma das três disputas para presidente, dividiu-se na votação da reeleição, votou com o Governo em muitas das chamadas reformas e

participa até mesmo de vários governos estaduais do PSDB.

Há três anos mantemos uma relação de respeito e diálogo com Ciro Gomes e Roberto Mangabeira Unger, hoje seu escudeiro, sempre buscando ampliar a oposição ao neoliberalismo no Brasil e na América Latina. No final da eleição de 1998, Lula e Ciro emitiram uma nota conjunta denunciando o processo eleitoral e apontando os riscos da crise que afetava o Brasil.

No início deste ano, Ciro Gomes nos procurou e, por duas vezes, discutimos o Brasil e a situação da oposição e concordamos no diagnóstico da crise e na necessidade de criar uma alternativa a FHC e ao bloco conservador PSDB-PFL. Reiteramos nossa proposta de mobilização popular e da criação de um Movimento em Defesa do Brasil, mais amplo que os partidos e a esquerda.

Ciro Gomes falou em prévias para escolha de um candidato único das oposições, propôs o Diálogo Nacional e radicalizou o discurso anti-FHC. Nós deixamos claro que em 1999 a questão eleitoral estava fora de cogitação e que nossa prioridade era a consolidação de uma oposição popular ao governo FHC, a consolidação de nossos Governos Estaduais e o lançamento do Manifesto. Pedimos a proposta do Diálogo Nacional para discutir no PT e na Frente de

Esquerda.

Com este objetivo visitei Roberto Freire e recebi dele a informação de que o PPS não discutira nenhuma proposta de prévias, como propunha Ciro, e que uma resolução nacional do PPS, no item 4, incluía o Governo na proposta de Diálogo Nacional. Consultado, Ciro Gomes disse-me que não concordava. Como vemos, nem eles sabiam o que queriam.

Depois dessas conversas, o que vimos foi uma escalada de críticas, tanto de Ciro Gomes como de Roberto Freire ao PT, culminando com o apoio que deram à tática do Governo de acusar de golpismo a "Marcha dos 100 mil". Recentemente, lemos entrevistas de Ciro e Mangabeira Unger, um dizendo que o PT é uma esculhambação, que não tem propostas, e outro falando a respeito da tese inverossímil de que FHC prefere Lula como candidato.

O script estava pronto: vender para a opinião pública que o PT não aceitou a proposta de prévias e nem quer uma aliança de centro-esquerda, não tem propostas, é radical e golpista, quer o "quanto pior melhor".

Na última segunda-feira, Ciro Gomes explicou em entrevista à Folha de S.Paulo que não está propondo o calote na dívida interna e externa. Diz que as

propostas são para o "atual Governo" e falou em aliança com o PSDB. Roberto Freire, por sua vez, diz que, se eleito, Ciro "governará com o PSDB e com o PT".

Assim, tentam transformar a candidatura de Ciro não em alternativa a FHC, e sim ao PT e a Lula, com apoio total das lideranças do PPS, que se prestam mais uma vez ao papel de fiadores e salvadores do pacto das elites.

O PT não deu resposta à proposta de Diálogo Nacional, não apenas pelos ataques que sofremos do PPS, mas principalmente porque a proposta incluía sempre o Governo como interlocutor, como aliás Ciro Gomes repetiu na entrevista à Folha, em que volta com as privatizações - agora da Previdência - e com a proposta mirabolante de Mangabeira Unger de aumentar o imposto sobre o consumo no Brasil.

A coalizão que Ciro Gomes e o PPS querem construir aparece hoje como centro-direita e alternativa à esquerda. Sua proposta de programa é para o atual Governo, e sua candidatura, uma oferta às elites, uma tentativa de atrair a classe média, que tenta jogar contra nós, uma proposta sem povo e sem condições de romper com o modelo e a hegemonia atuais. O resto é diversionismo.

José Dirceu é presidente nacional do PT e deputado federal
Texto publicado na Folha de S.Paulo, 4/10/99, pág. 1-3

INTERNACIONAL

Encontro na Argentina discute dívida externa

De 20 a 22 de setembro o 3º vice-presidente nacional do PT, Valter Pomar, participou, em Buenos Aires, do Encontro Latino-americano e Caribenho Jubileu 2000. O encontro faz parte da campanha contra a dívida externa, que no Brasil é impulsionada pela Campanha Jubileu 2.000, da qual o PT participa.

A Campanha Jubileu 2.000 - por um milênio sem dívidas -, lançada em janeiro deste ano, se insere em um movimento internacional que promove a anulação das dívidas dos países empobrecidos do mundo e é integrada por movimentos sociais, sindicatos, igrejas, partidos, organizações da sociedade civil.

Representantes destas entidades realizaram plenária nos dias 30 de junho e 1º de julho. Foi estipulado como meta estratégica a realização de um plebiscito popular convocando toda a sociedade a expressar-se sobre a dívida externa.

O plebiscito, marcado para ocorrer de 22 de abril a 1º de maio de 2000, será um processo em escala, visando a educação e a conscientização da população sobre o tema das dívidas financeira, social e ambiental, estando relacionado à Campanha da Fraternidade 2000, cujo tema central será a dignidade humana.

A seguir reproduzimos a declaração aprovada no Encontro Latino-americano e Caribenho Jubileu 2.000.

Coalizão Latino-americana e Caribenha "Jubileu 2.000"

Declaração de Buenos Aires

Por um novo milênio sem dívidas

Em Matheu, província de Buenos Aires, Argentina, nos reunimos, de 20 a 23 de setembro de 1999, como Coalizão Latino-americana e Caribenha da iniciativa global "Jubileu 2.000". Participantes provenientes de diferentes países, iniciativas e plataformas, reafirmamos uma vez mais a convicção de que o objetivo da campanha é a anulação da dívida externa como primeiro passo para um definitivo e pleno jubileu, inspirado na figura bíblica de Levítico 25.

Mantemos a convicção de que a dívida externa é imoral e ilegítima, razão porque nossos povos não devem ser forçados a pagá-la já que, além de não terem se beneficiado, não participaram da decisão de contrai-la. Neste sentido, celebramos a mobilização social, que conseguiu instalar esta problemática vital na agenda pública mundial, e não aceitamos a proposta anunciada pelo Grupo dos 7, em Colônia (Alemanha), como um passo para a resolução do problema e rejeitamos sua insistência em manter a condição do HIPC (programa que prevê a redução da dívida externa apenas para países extremamente pobres e endividados) e dos Programas de Ajuste Estrutural requeridos para a anulação da dívida e por aumentar a intromissão do FMI no desenho e controle das políticas que afetam nossas vidas.

Para esta finalidade é fundamental reconhecer a unidade e complementação dos aspectos éticos, políticos, técnicos, econômicos, sociais e culturais do problema. Pela complexidade que acolhem os mesmos, queremos incentivar uma articulação para ação decidida de todos os atores e setores envolvidos e interessados em resolver, de uma maneira justa e digna, a situação a que estamos submetidos por causa da dívida externa. Este enfoque nos leva a recuperar uma visão integral do problema e a busca de alternativas de desenvolvimento e de organização social frente aos direitos e às necessidades vitais de nossos povos.

Nosso compromisso com o Jubileu pela vida nos estabelece os seguintes desafios e exigências neste fim de milênio:

Propostas A resolução da dívida externa envolve uma reparação histórica, que os países do Norte devem aos povos do Sul por saques e devastação que têm realizado durante 500 anos e, atualmente, mediante a implementação dos programas de Ajuste Estrutural, o condicionamento de novos investimentos, dos tratados de livre comércio e a reconversão dos Estados Nacionais, políticas que aumentam a dívida social e ecológica com nossos povos e afetam gravemente seus direitos humanos e o exercício democrático.

O esforço das estratégias baseadas em mobilização e na educação de nossos povos como instrumentos criadores de consciência e geradores de uma cultura solidária, que permitam o exercício pleno dos direitos por parte dos setores excluídos.

Neste sentido, a denúncia e o debate, com vistas a incidir nas mudanças favoráveis, devem ser estratégias de campanha baseadas em uma lógica ética e política nos âmbitos locais, nacionais, regionais e internacionais.

A inclusão e visibilidade das experiências de resistência popular, de lutas jurídicas e de tribunais éticos contra a dívida externa no plano nacional e internacional, que animem e fortaleçam nossas demandas e propostas.

Esta visão integradora deve incluir uma perspectiva de justiça de gênero, que permita construir novas relações sociais: mais democráticas, justas e igualitárias.

Frente aos mecanismos de dominação estabelecidos mediante o sistema de globalização neoliberal, subscrevemos e propomos a globalização da solidariedade Sul-Sul e Sul-Norte na articulação com outros movimentos e atores sociais de mudança no plano nacional, continental e global.

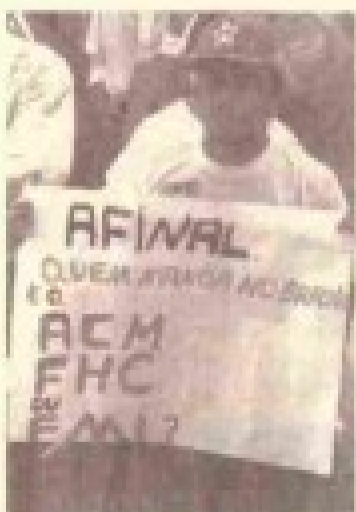
Conclamamos a todos os movimentos, organizações e pessoas de boa vontade a unirem seus esforços nesta luta para conseguirmos, juntos, um novo começo de vida para todos e para todas, ao começar o novo milênio sem dívidas.

Buenos Aires, 23 de setembro de 1999
Sim à vida, não à dívida!

CIDADANIA

Mudar a história do Brasil é o eixo das reivindicações

A Direção Nacional da CUT, em reunião nos dias 22 e 23 de setembro, definiu uma série de propostas para que o país possa escrever a sua história sem exclusão social, com dignidade, solidariedade e soberania



Propostas

- ▲ Suspensão da dívida externa e fim do acordo com o FMI.
- ▲ Redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Jornada máxima de 36 horas para a geração imediata de até 3,6 milhões de empregos.
- ▲ Aumento de 10% para todos os salários e salário mínimo de R\$ 180,00.
- ▲ Destinar os recursos dos bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil, entre outros) para os setores que mais geram empregos, principalmente para as pequenas e médias empresas do campo e da cidade.
- ▲ Reforma agrária de fato, garantindo o incentivo e crédito para a produção, assistência técnica, políticas sociais e escoamento da produção, assentamento de dois milhões de famílias no prazo de quatro anos.
- ▲ Criação imediata de uma política agrícola que incentive o pequeno e médio agricultor e a agricultura familiar e ampliação dos recursos do PRONAF.
- ▲ Criação de um programa nacional para geração do primeiro emprego, com jornada especial de trabalho para os estudantes.
- ▲ Instalação imediata de uma CPI para apurar as denúncias de favorecimento no processo de privatização do Sistema Telebrás.
- ▲ Investimento em moradias populares com subsídios para populações de baixa renda, por meio de um plano de construção de casas populares.
- ▲ Fim do trabalho infantil e adoção do programa nacional de bolsa-escola às famílias de baixa renda, para que seus filhos permaneçam na escola.
- ▲ Investimento na escola pública (1º, 2º graus, técnica e universitária) com ampliação de vagas, limitação do número de alunos por classe, valorização e qualificação do profissional de educação.
- ▲ Investimento na saúde pública com melhorias do atendimento e fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- ▲ Uma previdência pública de boa qualidade para todos, aliada a uma política de combate à sonegação.
- ▲ Criação e ampliação do imposto sobre grandes fortunas.
- ▲ Diminuição das taxas de juros.
- ▲ Criação de um amplo programa de apoio às micros, pequenas e médias empresas, condicionado ao compromisso de geração de emprego e da formalização das relações de trabalho.

PTnotícias
Revista do Movimento e Partido de Trabalhadores (1980-1999)

PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Dirceu	PAGINAÇÃO ELETRÔNICA Alexandre Machado
SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozeas Duarte	ILUSTRAÇÕES Vicente Mendonça
JORNALISTA RESPONSÁVEL Rosana Ramos MTB 19131	SEDE Rua Silveira Martins 132, São Paulo - SP CEP 01019-000 Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349
REDAÇÃO Rosana Ramos, Fernanda Estima	e-mail: ptnot@pt.org.br Home page: www.pt.org.br Tragem: 12.000 exemplares
ADMINISTRAÇÃO Ricardo Bimbo e Sonia M. N. Pedrosa	Fotófilos e impressão: Artpress

EDUCAÇÃO

20 mil participam da Marcha em Defesa da Educação Nacional

Aproximadamente 20 mil trabalhadores da área da educação, de todo o país, participaram no dia 6 de outubro, em Brasília, da Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

O grupo que abria a Marcha carregava uma grande bandeira do Brasil de quase 20 metros. Os manifestantes, acompanhados de três carros de som, gritavam palavras de ordem como "fora FHC, fora FMI". Eram estudantes, professores, sindicalistas e representantes de outras categorias que aderiram à manifestação.

O presidente da CNTE, Carlos Augusto Abicalil, explicou em encontro com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, o paradoxo da situação da educação no Brasil, revelado pelo dossiê "Retrato da Escola", preparado a partir de 3.943 questionários respondidos por professores, estudantes, pais de alunos e funcionários de escolas.

O documento confirma os dados divulgados pelo MEC que apontam o aumento de matrículas nas escolas públicas. Por outro lado, não há infra-estrutura suficiente para abrigar esse crescimento, os professores

são contratados de forma clientelista e sem qualificação profissional, revelou Abicalil.

São as escolas que buscam alternativas para superar esses problemas. O presidente da CNTE reivindicou a Paulo Renato a extensão do Fundef para toda a educação básica.

Acompanharam a entrega representantes de várias entidades, inclusive das confederações de trabalhadores na educação da Argentina e do Uruguai. Os presidentes da Câmara e do Senado também receberam de uma comissão cópia do dossiê.

O papel do educador

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, lembrou, durante o ato, que tem sete filhos em escola pública, e gostaria de vê-los em universidade também pública.

Para ele, os educadores "que estão na Marcha não têm só o papel de cumprir o currículo, mas também ensinar às crianças os princípios de solidariedade, igualdade e fraternidade", apesar dos salários baixos que recebem.

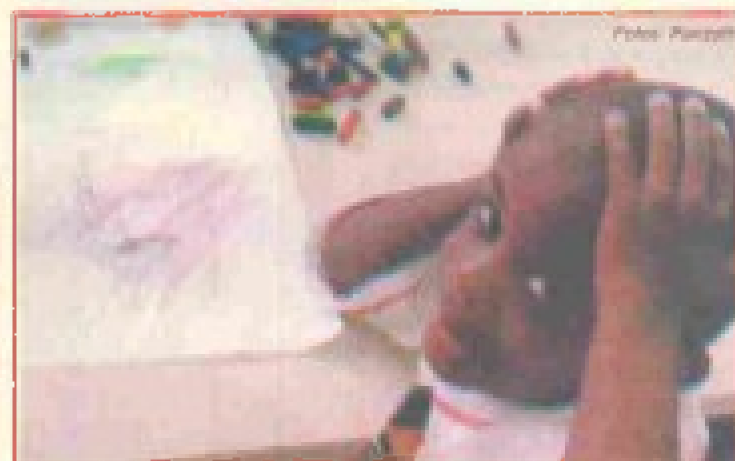
"O que a gente vê é um governo que apesar de ter dois professores - Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato Souza - a educação não é

tratada como algo primordial". Vicentinho também relatou sua viagem à Holanda, onde as crianças são enviadas obrigatoriamente à escola aos 4 anos. "Aqui no Brasil mal se consegue uma vaga", compara.

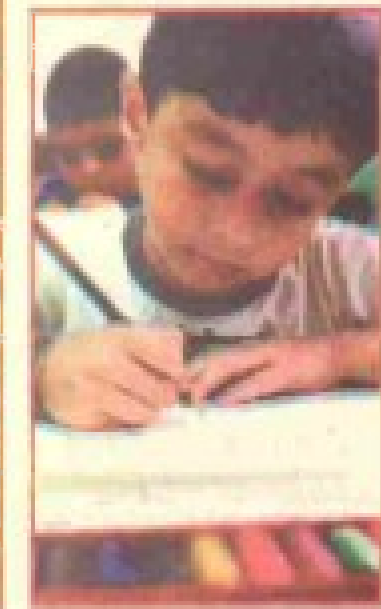
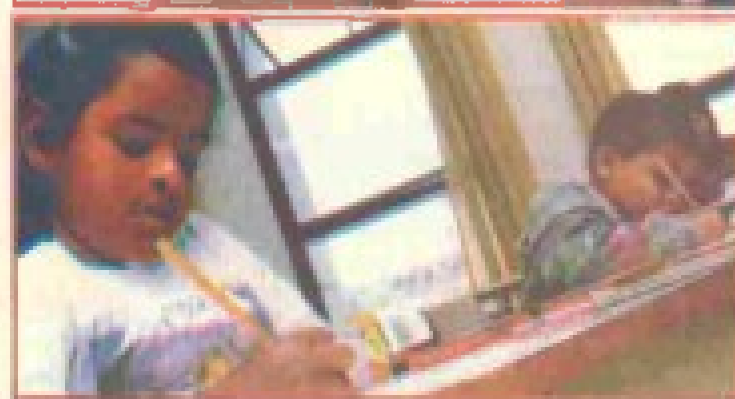
O dirigente petista Luiz Inácio Lula da Silva, que também participou do ato, afirmou que "os manifestantes não estão atrás de aumento salarial, mas sim para garantir a qualidade da educação".

Para Lula, a educação é a única forma de criar igualdade de condições entre as pessoas. "É no banco da escola que o negro se iguala ao branco e o pobre se iguala ao rico". É na escola também, acrescentou, "onde se conquista a cidadania".

O presidente nacional do PT, José Dirceu, afirmou, durante o ato da Marcha, que apóia a luta dos manifestantes para garantir 10% do PIB para a educação. É necessário também, disse, a aprovação de um PNE (Plano Nacional da Educação) que leve em conta as propostas apresentadas pelos trabalhadores da área. "Temos que lutar para colocar todas as crianças na escola", afirmou. "Na verdade precisamos de outro governo", concluiu.



A cima, manifestantes durante ato em defesa da educação.



A educação no governo FHC

Para os dirigentes do MEC, a gestão da educação parece que é uma questão de marketing. Tudo se resolve por meio de propaganda massiva nos mais diversos meios de comunicação. Infelizmente o país real é outro e os problemas na educação são muitos, são graves e estão em todos os níveis. Citaremos aqui alguns deles para comprovar esta afirmação.

1-Recentemente foi publicado o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), relativo ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Na classificação, que tem este índice como referência, o Brasil está atrás de muitos países que têm renda per capita inferior a ele. O problema é que este índice considera, além da renda per capita, a longevidade e a educação. Acontece que no item educação o percentual de crianças que atinge o quinto ano, nesses países é bem mais alto do que no Brasil. Só quinze países, entre os 174 que constam da classificação têm percentual superior ao do Brasil, que é de 29%, em 1995. Dados atualizados do Censo do MEC de 1998 e o relatório da Unicef, divulgado em julho deste ano, mostram que 50% das crianças no Brasil não chegam à oitava série. confirmam estes dados. Eles mostram o que o PT sempre denunciou: que as nossas elites nunca levaram a

educação a sério.

O combate à evasão e à repetência parece que não é preocupação do MEC. Não houve o menor esforço nestes cinco anos de governo, para discutir e traçar, junto com Estados e municípios, as diretrizes de uma política objetivando a derrubada destes índices.

2-A lei que regulamenta a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério (Fundef), de autoria do próprio Executivo Federal, já deixou de ser cumprida duas vezes consecutivas pelo governo ao não reajustar de R\$ 315,00 para R\$ 437,00 o valor custo/aluno, conforme a expectativa da arrecadação, segundo esta mesma lei. É evidente que este aumento do custo aluno/ano significa mais recursos para municípios e Estados para investimento e melhores salários para os professores. Tudo isto foi preterido por alguma outra prioridade, quicá o pagamento de juros da dívida externa ou a ajuda financeira a bancos.

3-Isto só não é mais absurdo porque o dinheiro que serve para complementar os Estados é retirado de uma outra fonte que também financia o ensino fundamental: o salário educação. Hoje, os Estados cujo valor custo/aluno/ano é inferior a R\$315,00 são complementados pela União

com recursos do salário educação.

4-O governo foi alertado, durante a discussão da criação do Fundef, sobre os graves problemas que afetariam os outros níveis de ensino (infantil e médio). Hoje, pela primeira vez em muitos e muitos anos a educação infantil teve diminuição no número de matrículas, reflexo da diminuição de investimentos de Estados e municípios nesse nível de ensino.

5- As dificuldades com o ensino médio não são menores. É conhecida a situação de caos que os Estados enfrentam pela falta de vagas nas escolas públicas que ofertam este ensino. Acontece que o crescimento da demanda do ensino médio, tão propagandeado pelo MEC, não começou nem neste ano nem no ano passado; essa tendência já era conhecida em 1995, e nenhuma medida foi tomada.

6-Durante quatro anos o governo disse que estava discutindo o projeto de Autonomia das universidades públicas. A reação de toda a comunidade e de parlamentares da própria base governista ao projeto apresentado em agosto foi tão negativa em relação ao mérito que este nem chegou a ser enviado ao Congresso. Na realidade, esse projeto parece ser mais um ajuste fiscal para as universidades do que um projeto de autonomia.



Todos estes problemas são fruto do receituário apresentado pelo Banco Mundial e FMI ao governo FHC e seguido na íntegra pelo MEC. A receita foi oferecer ao povo brasileiro as condições mínimas para universalizar uma "educação mínima" para melhorar a oferta de mão-de-obra barata ao mercado de trabalho. Nem isto o governo está conseguindo. A solução para esta situação passa pela fim deste modelo falido de política pública liberal que aumenta a injustiça, a exclusão social e atinge a soberania nacional e ao mesmo tempo lutar para a aprovação das propostas do PT e da sociedade brasileira que já estão no Congresso



Nacional, como é o caso da criação do Fundo para a Educação Básica (Fundeb) e o Plano Nacional de Educação, elaborado por centenas de entidades.

Antonio Ibañez Ruiz, ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) e ex-secretário de Educação do DF, é professor da UnB e membro do Conselho Político da Frente dos Partidos de Oposição

Marcha popular é uma verdadeira epopéia

Há um pouco mais de dois meses, partiu do Rio de Janeiro a Marcha Popular do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Depois dos 1.580

quilômetros percorridos os sem-terra chegaram a Brasília no dia 7 de outubro.

Além do ato no dia da chegada da Marcha, deverão ocorrer debates, do dia 8 até 10 de outubro, sobre a necessidade e criação de um projeto popular para o país.

Para o líder do MST, João Pedro Stédile, a Marcha é "uma verdadeira epopéia" e

que "jamais, na história do Brasil, um contingente tão grande de pessoas, com ideais políticos,

logrou tamanha façanha", referindo-se ao fato dos manifestantes caminharem por

tão longo percurso, em tão pouco tempo. Stédile lembra

ainda que mesmo a "histórica Coluna Prestes,

que teve um significado maior, fez seu

trajeto quase sempre a cavalo". Nesta entrevista,

Stédile fala sobre os objetivos da Marcha, avalia a

atual situação do país, defende a criação de um projeto

alternativo e se diz impressionado

com o "abandono do trabalho de base".

PT Notícias - Como é possível organizar uma Marcha Popular, com um contingente tão grande de pessoas em um percurso de 1.580 quilômetros?

A Marcha Popular, que saiu do Rio de Janeiro no dia 26 de julho, segue religiosamente seu roteiro, com caminhadas diárias que têm variado de 25 a 35 quilômetros. Os companheiros levantavam antes das 5 da manhã, e caminhavam bem cedo para fugir do sol escaldante da região do Triângulo Mineiro. Levantam, arrumam suas mochilas, deixam amontoadas para a equipe de transporte. Caminham umas duas horas, quando a turma da cozinha chegava com o café. E depois seguiam mais 4 a 5 horas de caminhada, para chegar ao local, pré-estabelecido, antes do meio-dia. No local, a equipe de infra-estrutura, como chamamos, chegava antes com nossos caminhões e montavam as barracas. Os caminhantes almoçavam e depois tratavam de descansar e fazer seus afazeres individuais, que podia ser lavar roupa, conversar com visitantes, reunir as brigadas por Estado para discussões.

E havia também duas brigadas de aproximadamente 40 companheiros que sempre iam na frente, passavam um dia ou mais na cidade a ser visitada, dando palestras nos colégios, sindicatos, paróquias, rádios locais, etc.

PT Notícias - Qual o objetivo político da Marcha Popular?

Nosso objetivo político é realizar um gesto que chamamos de Pedagogia do Exemplo, ou seja, demonstrar para a população brasileira que há outras maneiras de realizar política. De lutar pelos interesses coletivos, que não seja aquela rotina viciada, de esperar de dois em dois anos as eleições. O povo tem raiva de políticos. Mas precisa compreender que se organizar, lutar, também é fazer política. E é impressionante ver como ao longo desses mais de mil quilômetros já caminhados o povo tem compreendido essa lição. Viu-se milhares de pessoas. Quase todos se emocionam, choram, fazem doações e revelam abertamente não seu apoio, mas transferindo para os caminhantes a missão: "já que eu não posso seguir caminhando, vão vocês, pelo menos, em nome do povo, dizer que esse país está sendo afundado." Alguém tem que berrar.

PT Notícias - É possível estabelecer diálogo com a população durante a caminhada?

Este é o intuito. Fazer um debate com a população sobre a gravidade da crise brasileira. Na história do Brasil, quicá seja a crise mais



Foto: Flávio



Foto: Jorge



grave que vivemos. E o povo, absorvido pelos seus problemas do dia-a-dia, não se dá conta. Ou percebe apenas os seus problemas aumentarem, sem fazer ligação que os seus problemas são apenas resultados de um problema maior: o sucateamento da Nação a serviço dos interesses do capital internacional. Utilizamos para isso folhetos, cartilhas, palestras. É impressionante a participação do povo, que quer saber, pergunta, discute. Também me impressionou como está abandonado o trabalho de base. Em algumas cidades percebi que as igrejas fazem trabalho de base com os pobres. Mas os sindicatos, os movimentos, os partidos de

esquerda não têm, de fato, trabalho de base, enraizado, que organize o povo lá no seu bairro, no seu local de trabalho. Ninguém tem mais paciência para ir até o povo. Nem os artistas, para parafrasear Milton Nascimento. E isso é grave, pois o povo fica desorientado, a mercê apenas dos grandes meios de comunicação como a TV Globo. E o terceiro grande objetivo é debater um novo Projeto Popular para o país. Não basta mais xingar o Presidente, declarar adesão ao Fora FHC. Isso as estatísticas mostram que 92% já estão dizendo. O povo precisa agora discutir um projeto alternativo. Porque a rigor, o problema não é apenas trocar o Malan, FHC, mudar a política

econômica, para outra mais ou menos.

PT Notícias - E o que significa para você um Projeto Popular para o país neste momento?

Significa que precisamos discutir, reunir com todas as parcelas organizadas do povo, seja em sindicatos, movimentos, igrejas, partidos, e ver quais são as saídas para essa grave crise. E em nossa opinião, pelas discussões que temos feito, há uma saída, que deve ser dividida em duas partes. Uma parte poderia ser chamada de programa de emergência. Ou seja, o que precisa ser feito amanhã, para consertar nossa

economia e recuperar a soberania do país. E uma segunda parte, seria um Projeto Popular, de médio e longo prazo. Em relação a um programa de emergência, é preciso estagnar a sangria que nossas riquezas têm sofrido, pela espoliação do capital internacional financeiro. Portanto, é uma intervenção cirúrgica para salvar o paciente antes que ele seja totalmente destruído. Para isso, há algumas idéias básicas como suspender completamente o pagamento dos juros da dívida interna e externa. Se quiserem uma verdadeira moratória. As contas públicas estão inviabilizadas por conta dos juros. O governo já gastou esse ano 50 bilhões de reais, apenas em juros. Por isso falta dinheiro para tudo: educação, saúde, etc. Segundo, é preciso romper o acordo com o FMI, que aliás, a Nação desconhece até hoje seus verdadeiros termos. Depois, precisamos confiscar os altos lucros que os bancos obtiveram com a especulação cambial em janeiro, que tiveram um ganho de 7,4 bilhões de reais, em alguns dias. Controlar rigorosamente o capital financeiro. E impor um imposto de emergência sobre o patrimônio, as fortunas das 500 famílias mais ricas do país.

Com esse programa de emergência, um governo popular arrecadaria, em

poucos meses, bilhões de reais, que deveriam ser aplicados na reorientação de toda a economia. Assim, esses recursos serviriam para financiar a construção de milhares de casas populares, reativando a construção civil e criando empregos. Aplicando na agricultura familiar e na Reforma Agrária. Aplicando num amplo programa de garantia de educação e saúde gratuita a toda população. Esses gastos públicos, gerariam um enorme efeito multiplicador na economia, gerando um mercado interno de massas, de bens de consumo que a população precisa. E casado com essas medidas, um aumento generalizado de salário e aposentadorias, como forma imediata de distribuição de renda e de aumento do poder aquisitivo. Do ponto de vista de médio e longo prazo, um Projeto Popular significaria reorganizar a economia e o Estado brasileiro para resolver os problemas estruturais que nosso país sofre, como concentração da riqueza, da renda, o monopólio dos meios de comunicação, a centralização do capital financeiro, a dependência externa e a trágica herança colonial na cultura.

PT Notícias - Qual é então a expectativa de chegada da Marcha Popular a Brasília?

Reafirmamos nossa convocatória para que todos os militantes, das mais diferentes áreas dos movimentos, sindicatos, partidos estejam conosco em Brasília, dia 7 de outubro. Mas não estamos preocupados apenas com número, queremos, acima de tudo, reunir militantes, que possam caminhar conosco da entrada de Brasília até o Banco Central. E lá não apenas ouvir discursos e voltar para casa, mas sim debater um programa de emergência, expulsar o FMI e também ficar mais dias conosco, para debater um Projeto Popular para o Brasil. Estamos pensando em alugar algum ginásio de esportes e ver quem pode ficar em Brasília dos dias 8 a 10 de outubro (de 5 a 10 mil militantes) para nesses três dias debater, com profundidade, com seriedade, a necessidade de um outro projeto para o país, não apenas mudar o Presidente. Ao mesmo tempo, carregar as baterias para voltarmos aos nossos Estados, às nossas bases, e não seguirmos o debate com a população do Projeto Popular, mas incentivarmos ainda mais os movimentos de massa, preparando a grande paralisação nacional, que deverá parar o Brasil em novembro.

E N S I N O



Dentro de nosso atual modelo político, só resta uma brecha marginal para a educação, a brecha do susto com as consequências anti-sociais da não escolaridade adequada, que são a violência, a drogadição, as gravidezes precoces, os suicídios... todos correlacionados com a falta de sentido para a vida.

É sempre muito decantado, cantado, explorado e louvado o papel da educação, como essencial em uma sociedade. Essencial para a construção de uma nação. Essencial para a distribuição de renda. Essencial para o convívio humano. Mas escamoteia-se ao dizer que a educação escolar, ampla e democrática da generalidade, é essencial para a economia, sobretudo em termos neoliberais.

Não é verdade que existia sequer correlação positiva entre desenvolvimento econômico e investimento em educação, quanto mais que exista relação de causa e efeito. Existe, sim, correlação positiva entre grau de instrução e distribuição de renda. Mas não entre parâmetros puramente econômicos e grau de instrução global de um povo. A economia vista em si, ou seja, o produto interno bruto, o volume de negócios, o funcionamento do mercado, não é diretamente dependente da educação geral dos membros de uma sociedade. Depende, sim, do grau de instrução, do preparo técnico e científico de uma parte deles, mas não necessariamente de todos. Por esta razão, grupos de elite nas ciências sempre

Educação é questão de humanismo. Só grandes estadistas dela se ocupam e a valorizam

foram cuidadosamente preparados e incentivados, em toda nação próspera.

Algumas universidades muito boas sempre funcionaram, alguns organismos superiores de pesquisa sempre tiveram asseguradas suas condições básicas de ponta, inclusive no campo da administração e da política, onde se recrutam os melhores quadros.

Educação para todo o povo não é condição necessária e suficiente de desenvolvimento econômico. Educação é questão de humanismo. Só grandes estadistas dela se ocupam e a valorizam. Na Argentina e no Uruguai, Sarmiento e Varela tiveram este mérito, o que determina a nítida diferença entre nossos índices de analfabetismo e de aproveitamento e graus

de escolaridade básica, com relação a uruguaios e argentinos. No Brasil, esforços como o de Anísio Teixeira, nosso mais eminente educador e que tinha preparo técnico e fundamentação teórica, o colocavam como um desbravador combatido, incompreendido e com limitado campo de ação.

Dentro de nosso atual modelo político, só resta uma brecha marginal para a educação, a brecha do susto com as consequências anti-sociais da não escolaridade adequada, que são a violência, a drogadição, as gravidezes precoces, os suicídios... todos correlacionados com a falta de sentido para a vida, para a qual contribui, e muito, a ausência da força do prazer acoplado a aprendizagens ricas e interessantes que à escola cabe proporcionar a crianças, adolescentes, jovens e adultos de uma nação.

Apesar de tudo isto, há perspectiva estupendas na área, derivadas de descobertas muito novas e surpreendentes. A descoberta de que não há restrição para o aprender, isto é, nenhuma doença impede, definitiva e globalmente. Síndromicos genéticos e lesionados cerebrais estão alcançado

patamares altos de rendimentos escolar, o que abre os horizontes de forma ainda mais animadora para os que têm a felicidade de serem normais. Não é exagero prever-se que a superlotação intelectual pode estar ao alcance de todos, uma vez que inteligência não é um Dom inato. Inteligência é, isto sim, um processo. Fica-se inteligente, aprendendo. Todos podem aprender, porém com um novo jeito

Um novo jeito de ensinar precisa, portanto, ser divulgado, aprendido e permanentemente reconstruído, porque é esta a marca distintiva de uma nova pedagogia

de ensinar, centrado no desafio engenhoso da resolução de problemas e não na memorização de informações ou no treino de habilidades.

Um novo jeito de ensinar precisa, portanto, ser divulgado, aprendido e permanentemente reconstruído, porque é esta a marca distintiva de uma nova pedagogia — só ensina quem aprende. O motor, a mola mestra da escola, que é o professor, para sê-lo com as características do atual pensamento pedagógico, precisa estar continuamente vinculando prática e teoria, como tão bem enfatiza Paulo Freire, estudando semanalmente com seus pares, à luz do que há de melhor e mais útil nas ciências da inteligência, prestigiado profissionalmente e respeitado socialmente.

A hora da escola só chegará quando o professor tiver salários dignos e valorização de sua cultura, apoiado em propostas didáticas cientificamente sólidas.

Esther Pillar Grossi é deputada federal (PT/RS) e presidente da Subcomissão de Alfabetização da Comissão de Educação, Desporto e Cultura da Câmara dos Deputados

S E M - T E R R A



Se a imaturidade política da Nação nos condena a buscar novamente uma solução casuística para o impasse, melhor será para o povo que ela surja, não de uma conciliação de cúpula, mas no bojo de um grande movimento popular de protesto contra o descalabro a que o "establishment" político conduziu o país.

Trata-se de ouvir e de sentir de que modo o povo brasileiro vê o futuro

Chegaram em Brasília, no último dia 7, 1.100 brasileiras e brasileiros que marcharam 1.585 quilômetros e passaram por 130 cidades, discutindo com a população um Projeto Popular para o Brasil.

Eles fazem parte de uma campanha denominada Consulta Popular, na qual estão empenhados militantes petistas, companheiros da CUT, MST, CMP, CPT, MPA e vários outros movimentos.

O objetivo da Consulta foi o de debater, em assembleias populares abertas, alternativas para a crise brasileira. Trata-se de ouvir e de sentir de que modo o povo brasileiro vê o futuro do Brasil. Em outras palavras: como as pessoas gostariam que fosse organizada a economia, a sociedade e o poder político? O que precisa ser feito para melhorar a vida do povo?

Esse debate é de mão

dupla. Por um lado, a Consulta Popular recolhe, de modo direto e sem intermediações, as percepções do povo sobre a realidade do país, de outro lado, transmite a um povo alijado da participação política efetiva, elementos indispensáveis para que ele possa se iniciar na discussão sobre as alternativas políticas para o Brasil.

A experiência não se esgota aí, porque é óbvio que todo o conhecimento adquirido nesse intenso contato com o povo iluminará a participação deles em seus respectivos partidos e movimentos.

Ao chegar a Brasília, os marchantes realizam uma série de atos destinados a chamar a atenção para questões básicas da realidade brasileira atual. Os outros dias em que permanecem na Capital Federal são dedicados ao intercâmbio das impressões sobre a realidade vista no trajeto e à capacitação teórica. Os marchantes se reunirão então com 5.000 militantes populares, vindos de todos os estados do Brasil, para realizar dois dias de estudos intensivos.

As lideranças dos partidos de oposição foram convidadas para ouvir as exposições e a emitir opinião sobre elas.

A Marcha Popular,

embora tenha características distintas da Marcha dos 100 Mil e da Marcha dos Trabalhadores da Educação, insere-se no mesmo processo de mobilização popular, destinado a engrossar o movimento de "impeachment" de FHC, que o PT adotou oficialmente como o centro de sua tática neste ano.

Para captar bem o objetivo dessa tática, é preciso considerar atentamente a situação criada pela acelerada deterioração da autoridade de um presidente da República que tem ainda três anos de mandato pela frente. A direita está reagindo a esse grave problema político com dois movimentos. De um lado, articula uma "peça de reposição", para mudar o ator sem alterar o "script". Chama-se Ciro Gomes. A mídia já começou a fabricar o personagem, como se

A Consulta Popular recolhe as percepções do povo sobre a realidade do país

A Marcha dos 100 Mil deu a partida, o protesto dos professores foi um segundo passo, a Marcha Popular, é o terceiro

pode comprovar pela extraordinária cobertura que a mídia vem dando às suas receitas para corrigir o governo FHC. De outro lado, articula sorrateiramente uma emenda constitucional para estabelecer o parlamentarismo como forma de governo. Ela deixa ver que a direita está trabalhando com a hipótese de que FHC não se aguentará até 2.002 e que, portanto, o impasse político requererá, como tantas vezes na história da República, uma solução "casuística". No melhor estilo do "establishment" político, um obscuro deputado já apresentou a emenda constitucional necessária para esse golpe. Ela ficará

"esquecida" em alguma gaveta do Congresso, para ser apresentada como fórmula salvadora, se houver necessidade e após a costura do "acordão" que for selado para resolver o impasse sem a participação do povo.

Se a imaturidade política da Nação nos condena a buscar novamente uma solução casuística para o impasse, melhor será para o povo que ela surja, não de uma conciliação de cúpula, como aconteceu nas Diretas-Já e no "impeachment" de Collor, para citar apenas os dois casos mais recentes, mas no bojo de um grande movimento popular de protesto contra o descalabro a que o "establishment" político conduziu o país. Daí a importância de conchamar o povo para que venha para as ruas. A Marcha dos 100 Mil deu a partida, o protesto dos professores foi um segundo passo, a Marcha Popular, o terceiro. A ela se seguirá, no dia 12 de outubro, o primeiro "Grito dos Excluídos" latinoamericano. Logo em seguida a greve geral convocada pela CUT. Tudo orientado para mobilizar o povo, a fim de que a solução do impasse represente um avanço democrático.

Plínio Arruda Sampaio é secretário Agrário Nacional do PT

CULTURA

O nada SUPÉRFLUO TEATRO BRASILEIRO

Foi reinaugurado em São Paulo o TBC (Teatro Brasileiro de Comédia). Uma noite belíssima, com direito a revisitar sonhos coletivos de um teatro socialmente importante e artisticamente investigador. Os recursos vieram da empresa privada, nesse caso do envolvimento apaixonado de um empresário bem sucedido com o fazer teatral e a história do teatro brasileiro.

No ar, novamente a pergunta: o que vem depois da construção da casa de

espetáculos? Como ocupá-la com uma atividade artística economicamente viável e renovadora?

A resposta a essa pergunta é o xis da questão, porque a curiosidade da população por bem pouco tempo detém na criação de um espaço, por mais bonito que ele seja, e muitas vezes essa mesma população é fiel a um espaço bem menos glamorosos, mas capazes de oferecer, continuamente, uma

programação cultural a seu alcance.

Na verdade, além da casa de espetáculos existe uma política de ocupação a ser definida, que se insere numa política cultural, voltada para a população



Abriu o espaço à diversificação e a investigação, ampliar o acesso segundo uma lógica de participação coletiva, imaginar as possibilidades de uma política cultural responsável,

regateando preços com uma classe média cujo empobrecimento não permite sequer uma negociação que sustente a dignidade do preço de um ingresso.

O teatro não acabou. O

promoção socio-cultural avançada, que poderia servir de modelo ao poder público na maneira de propor, convidar, incluir e possibilitar à população, segundo a região envolvida, à participação na obra cultural, ca qual o teatro é um precioso bem.

como um todo. Observar se o teatro busca público apenas em determinados segmentos, sem acompanhar o crescimento da população e tentam viabilizar o acesso a um maior número de pessoas, é tarefa que não desempenhamos a contento há algumas décadas. Tentamos, pelo contrário, recapturar os mesmos expectadores, inserindo-nos no que supomos que gostem.

homem é e sempre será ator. Representar é um ato de sobrevivência social e psicológica. Não estará sendo considerado supérfluo um produto de primeira necessidade?

É como mandar uma carta sem endereço. Os que querem atingir outros públicos ainda conseguem se valer, quando conseguem, de estruturas como a do SESC, exemplo claro e indiscutível das possibilidades de descentralização e

orientada não apenas para a criação de monumentos, mas para a ação social que os justifica, deveria e poderia ser o objetivo das pessoas e das entidades voltadas para a permanência em cena de uma das mais permanentes e resistentes formas de expressão brasileiras: o teatro, o nosso nada supérfluo teatro brasileiro.

Esther Góes é atriz

EXCLUSÃO-SOCIAL

“Por Trabalho, Justiça e Vida” é o lema do Grito Latino-americano

A poucos dias do início do Terceiro Milênio, o desejo de uma vida nova nos convoca a tomar iniciativas - deixando de lado todo o sentimento de impotência - para solidariamente abrir o caminho em direção à sociedade que queremos. Para começar, façamos escutar a nossa voz com um grito que ressoe nos tímpanos daqueles que nos governam - que só escutam os poderosos - para dizer-lhes que se não existe futuro para todas e todos, não existirá para ninguém, pois o projeto dominante de “morte” e sua lógica irracional e excludente estão conduzindo à auto-destruição da humanidade. Um grito para anunciar que chegou a hora do projeto de “vida” da dignidade humana e da sensatez. Isto é o Grito dos Excluídos e Excluídas.



O Grito é uma grande manifestação popular para denunciar todas as situações de exclusão e assinalar as possíveis saídas e alternativas. É um processo onde os mais diversos setores de excluídos/as têm voz e presença e participam em todas as etapas.

O Grito nasceu no Brasil há cinco anos como resposta à crescente exclusão social registrada pela aplicação de políticas de ajuste neoliberal. Esse clamor chegou a outros países

da região e várias coordenações de movimentos sociais, sindicais e ecumênicas concordaram em impulsionar o Grito Latino-americano dos Excluídos/as sob o lema “Por Trabalho, Justiça e Vida” cujo momento culminante será dia 12 de outubro.

Os objetivos do Grito são denunciar o modelo neoliberal excludente e perverso, que ameaça e destrói a vida e o meio-ambiente; fortalecer a soberania dos povos e a

defesa da vida; resgatar as dívidas sociais e lutar pelo não pagamento da dívida externa.

Como eixos orientadores, o Grito pretende denunciar a realidade: dívida externa, desigualdades sociais, opressão, falta de democracia, desemprego, etc; articular forças em âmbito local, nacional, subregional e internacional, e processos organizativos (movimentos, coordenações, redes, etc).

No ano 2000 o Grito dos Excluídos/as será realizado em nível continental com uma grande marcha dos povos até o centro financeiro do mundo: Nova York. Informações podem ser obtidas na Secretaria do Grito, fone(0XX11)272-0627 e e-mail: pastmgra@usway.com.br

NOTAS

Governadores do PT reúnem-se com direção do Partido

Os três governadores do PT - Olívio Dutra (RS), Zeca do PT (MS) e Jorge Viana (AC) - se reuniram esta semana com Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente nacional do PT, José Dirceu, e membros da Executiva Nacional, em Brasília. Durante o encontro houve discussão sobre a conjuntura nacional com avaliação do momento político e seus reflexos nos Estados; as manifestações em curso e as futuras; e o Manifesto do Movimento em Defesa do Brasil. Também foi realizada uma avaliação dos governos estaduais administrados pelo PT e a relação com o governo FHC.

Na reunião, Lula se posicionou contrário a possibilidade de pacto proposto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para o ajuste da Previdência Social. “Não existe esta possibilidade de pacto porque o Presidente não inspira confiança nem seriedade”, resumiu Lula. Para ele, FHC perdeu a confiabilidade quando não cumpriu os acordos feitos com os governadores nas reuniões na Granja do Turco no começo do ano.

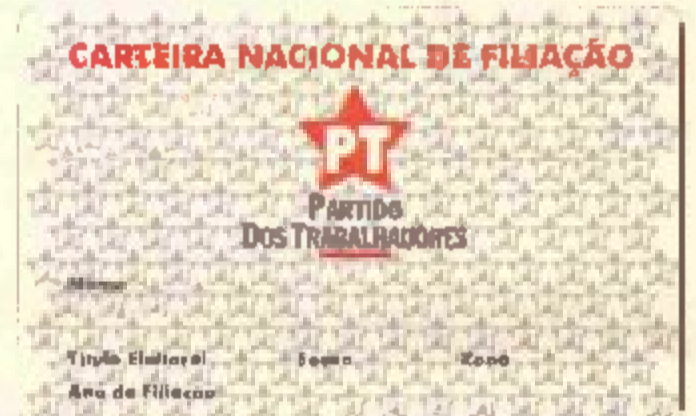
“Diálogo na boca de FHC é palavra natimorta”, atacou. As dívidas dos Estados e a compensação das perdas com a Lei Kandir, por exemplo, ainda não foram renegociadas apesar da promessa presidencial. A posição de Lula foi compartilhada por todos os presentes à reunião.

“Se o Presidente quiser mesmo uma reunião ele deve incluir na pauta o Pacto Federativo e a dívida dos Estados, por exemplo”, propôs o governador gaúcho. “O governo tem um passivo muito grande com os governadores para propor nova pauta agora”, concordou Zeca do PT.

Para os governadores, a discussão da Previdência é pauta insuficiente para a reunião proposta pelo Presidente.

O encontro serviu também para afinar as posições e os discursos da direção partidária e dos governos estaduais sobre a reforma tributária.

Por sugestão do líder do PT na Câmara, os secretários de fazenda deverão encontrar-se com a bancada do Partido para debater uma posição comum entre executivos estaduais e bancada federal.



Finanças para o II Congresso do PT

A Coordenação Nacional do II Congresso do PT aprovou o início da primeira fase da campanha nacional de finanças para o Congresso. Os filiados do PT poderão, nas sedes dos Diretórios Municipais, Estaduais e no Nacional, preencher o cadastro e adquirir a Carteira Nacional de Filiação. A Carteira, como está inserida na campanha de finanças, juntamente com atividades como jantares, listas de contribuições e outras, custará R\$ 10,00. A Coordenação lembra que os valores arrecadados pelos Estados serão deduzidos do valor do rateio por delegado (estipulado em R\$ 1.000,00 cada).

Lula participa do Festival Internacional de Biarritz

O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, participou em setembro, na França, do Festival Internacional de Biarritz.

No dia 29, Lula se encontrou com o ministro das Relações Exteriores do governo francês, Hubert Vedrine. E, no dia seguinte, com o secretário-geral do Partido Socialista Francês, François Hollande.

A convite do governo francês, Lula participou do colóquio “Diálogos para o Século XXI, novas expectativas entre a Europa e a América Latina”. Falou ainda sobre modelos de desenvolvimento, em debate com o ministro da Cooperação da França, Charles Roselin.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C. nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____
 Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não